



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo	45925/2024
Estudo Técnico Preliminar nº	005/2024
Secretaria	Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal
Setor / Órgão	Subsecretaria de Bem-Estar Animal
Objetivo	Trata-se de estudo técnico preliminar destinado à análise de nova contratação, pelo período de 01 (um) ano, sem dedicação exclusiva de mão de obra, do serviço médico-veterinário de urgência e emergência, para cães e gatos, resgatados em vias e logradouros públicos do Município de Nova Friburgo, encontrando-se em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, com vistas a identificar e analisar as soluções existentes no mercado para o atendimento da demanda necessária à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.
Equipe de Planejamento	Gestor: Elisângela Alcina Faustino Rodrigues - Matrícula: 062.905
	Apoio Técnico: Luiz Fernando Bonin Freitas - Matrícula: 299.264 Higor Nascimento Silva Lombardo - Matrícula: 301.344
	De acordo: André Luiz Silva de Moraes

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A despesa tem adequação orçamentária e financeira compatível com os instrumentos de Planejamento da Administração, de acordo com o artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Foram observadas, previamente, as prescrições constantes no artigo 16, inciso I e II e § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei nº 14.133/2021.



Atualmente o Município de Nova Friburgo não dispõe de um Plano Anual de Contratações. Entretanto, a necessidade a ser exposta faz parte do planejamento interno de contratações desta secretaria.

Ademais, o programa referente aos serviços que se pretende contratar, estão expressamente previstos nos instrumentos de planejamento Municipal (Plano Plurianual - PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA).

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá as necessidades da Administração Pública Municipal, abaixo especificadas.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de contratação e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A Secretaria Municipal de Bem Estar e Proteção Animal (SEBEA), enquanto era Subsecretaria de Bem Estar Animal (SSUBEA), atuou em cerca de 1.146 (um mil cento e quarenta e seis) processos, instaurados com base em denúncias recebidas, dentre os quais constam casos de maus tratos e atropelamento de animais. Ademais, deve-se levar em consideração os fatos que não chegam ao conhecimento formal da SSUBEA e que, por muitas vezes, apenas são noticiados em redes sociais, por meio de páginas de Organizações Não Governamentais - ONGs e grupos de ajuda privada, por exemplo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, que compete ao Poder Público assegurar a proteção animal no sentido de evitar práticas com viés de crueldade, vejamos:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Note-se que é tendência mundial a atribuição da condição de seres sencientes aos animais de companhia, o que se extrai, por exemplo, do exposto na *r. Decisão* proferida pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no Resp.: 1713167/SP, no qual se consignou que: “(...) 6. ***Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado...***”¹. (g.n)

Essa tendência pode ser percebida inclusive com mudanças legislativas, como por exemplo, a Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, que passou a prever em seu Art. 32, § 2º, pena

¹ <https://processo.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>



especifica quando o animal, vítima de ato de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação for cão ou gato, vejamos:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

§1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal. (Vide ADPF 640) (g.n)

Fato é, que a promoção do bem estar animal se trata de dever compartilhado entre os Entes Federativos, uma vez que evidente a impossibilidade de alcance e execução de políticas públicas de proteção e defesa do meio ambiente e realização de fiscalização, constatação e repressão administrativa e penal dos crimes de maus tratos cometidos contra os animais, por um só Órgão.

No Município de Nova Friburgo a Lei Orgânica Municipal (Lei nº 4.637/2018) contém o Capítulo III voltado à *Política de proteção dos animais*, reconhecendo, mais especificamente em seu art. 357, que os animais são sujeitos de direitos, de modo a garanti-los direito à vida e tratamento digno, dentre outros, conforme rol exemplificativo presente nos incisos abaixo transcritos:

Art. 357. Os animais são sujeitos de direitos e estes devem ser preservados, assegurando-se-lhes, entre outros:

I - o mesmo direito à vida e ao tratamento digno;

II - o direito à atenção, aos cuidados, inclusive de saúde, e à proteção do homem;

III - o direito à alimentação cotidiana e, nos casos de submissão a trabalho, reparadora;

IV - o direito a uma limitação razoável de duração e de intensidade de trabalho, fixando-se, em lei, carga máxima permitida para veículo de tração animal;

V - o direito ao meio ambiente preservado, equilibrado e sem poluição;

VI - o direito ao homem educado desde a infância para observar, respeitá-los e compreendê-los;

VII - o direito de serem defendidos em lei;

VIII - não serem nunca abandonados pelo homens que os escolheram para companheiros;

IX - não serem maltratados ou usados em experiências que lhes causem dor;

X - não serem submetidos a situações que lhes ameacem a vida.

Parágrafo único. Os organismos de proteção e de salvaguarda dos animais, defensores de seus direitos, devem estar representados no âmbito do Poder Público. (g.n)

Soma-se a isso o disposto no art. 360 do mesmo diploma legal que apresenta, também de maneira exemplificativa, hipóteses em que a prática de determinadas condutas concorrem para maus tratos, crueldade e atentam contra a dignidade animal, impondo, em seu § 3º, a responsabilidade de fiscalização e atuação sancionatória, por meio do poder de polícia conferido à Administração Pública, em ações desta natureza:

Art. 360. Os direitos dos animais são inalienáveis e devem ser defendidos pela lei como os direitos do homem, sendo vedadas, nos termos do inciso VII do art. 225 da Constituição da República, práticas que concorram para maus tratos, crueldade e que atentem contra a dignidade animal, incluindo outras estatuídas na legislação específica:



- I - não dar água e comida diariamente;*
II - manter permanentemente preso em corrente;
III - manter em local sujo e pequeno demais para que possa andar ou correr;
IV - deixar sem ventilação ou luz solar e desprotegido do vento, sol e chuva;
V - negar assistência veterinária quando estiver doente ou ferido;
VI - obrigar a trabalho excessivo ou superior à sua força;
VII - abandonar, ferir ou envenenar;
VIII - promover vaquejadas, rodeios, farra do boi e similares;
IX - fomentar ou praticar zoofilia;
X - promover rinhas de qualquer natureza;
XI - realizar eutanásia com finalidade de controle populacional, em virtude de abuso ou maus tratos, sem devido critério veterinário;
XII - praticar vivissecção;
XIII - promover caça;
XIV - traficar animais silvestres;
XV - exterminar raças e estimular preconceitos contra animais;
XVI - comercializar peles.

§ 1º Consideram-se maus-tratos, sem prejuízo de outras condutas decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, direta ou indireta, expor o animal a perigo ou a danos diretos ou indiretos à vida, à saúde e ao seu bem-estar, causando-lhe dor, lesões ou sofrimento.

§ 2º Animais destinados ao abate, devidamente regulamentados por legislação federal para alimentação humana, devem sê-lo sem sofrer ansiedade nem dor.

§ 3º O Poder Público competente fiscalizará e, sem prejuízo de outras sanções previstas, aplicará penalidades cabíveis regulamentadas em lei as quais coibam o abandono e os maus tratos animais.

§ 4º Os eventos não tipificados nos termos do caput que envolvam animais deverão ser regulados em lei que estabeleça autorização prévia pelo órgão público específico, bem como sujeição a fiscalização e a eventuais penalidades. (g.n)

Considerando que, ainda que o Poder Público atue de modo intensivo nas fiscalizações e aplicação de sanções aos infratores, em muitos casos exsurge a necessidade de se prestar atendimento de urgência e emergência aos animais vítimas das ações humanas covardes e cruéis.

Ressalta-se, que em âmbito municipal foram editadas, ainda, a Lei nº 4.443/2016 que dispõe quanto a proteção e bem estar de animais domésticos no Município de Nova Friburgo e dá outras providências e a Lei 4.831/2021 que prevê acerca da obrigatoriedade da prestação de socorro aos animais atropelados por parte dos motoristas, motociclistas e/ou ciclistas responsáveis pelo ocorrido, residentes ou não no Município de Nova Friburgo, sob pena de multa, sem prejuízo às sanções penais cabíveis.

Em complemento a Lei nº 4.821/21 que “determina que pessoas que pratiquem atos definidos como maus tratos aos animais arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, na forma que menciona.”, dispõe que:

Art. 1º Fica determinado que pessoas que praticarem atos definidos como maus-tratos aos animais no âmbito do Município de Nova Friburgo serão responsabilizadas pelas despesas de assistência veterinária e demais gastos decorrentes da agressão, na forma do Código Civil.

Art. 2º O agressor ficará obrigado, inclusive, a ressarcir a Administração



Pública Municipal de todos os custos relativos aos serviços para o total acolhimento e tratamento do animal.

Art. 3º Definem-se como maus-tratos e crueldade contra animais as ações diretas ou indiretas capazes de provocar privação das necessidades básicas, sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias, distúrbios de quaisquer espécies, além da incapacidade física, temporária ou permanente, e a morte.

Outra norma municipal que fundamenta a necessidade de implantação do referido Programa é a Lei nº 4.506, de 30/11/2016 que dispõe sobre o serviço de atendimento emergencial de socorro aos animais - SAESA, no âmbito do Município de Nova Friburgo, que assim dispõe em seu art. 1º, § 1º:

Art. 1º Fica instituído o Serviço de Atendimento Emergencial de Socorro aos Animais SAESA, sob a gestão da Subsecretaria de Bem Estar Animal - SUBEA.

§ 1º O SAESA tem como foco principal o atendimento a animais domésticos atropelados, acidentados, maltratados ou abandonados e em risco iminente de morte.

Por seu turno, o art. 2º da referida Lei Municipal dispõe quanto a possibilidade de se firmar convênios ou parcerias para viabilizar a execução da Lei, vejamos:

Art. 2º Poderão ser celebrados convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, para viabilizar a execução desta Lei. (g.n)

Nessa toada, resta nítido que, além das atividades fiscalizatórias já desempenhadas pela Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal - quando era Subsecretaria de Bem Estar Animal - SSUBEA, com aplicação de penalidades e sanções administrativas previstas no ordenamento jurídico, bem como mediante ciência da autoridade policial, quando configurada a hipótese, revela-se necessário se implementar o Programa de assistência médica veterinária de urgência e emergência para atendimento dos animais em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida.

Dessa forma, para que o animal identificado dentro das condições extremas descritas neste estudo receba os devidos cuidados, é indispensável a prestação dos serviços de atendimento médico veterinário em todas as suas modalidades de pronto atendimento, a realização de exames laboratoriais específicos e de imagem básicos, a internação clínica e/ou internação cirúrgica, o fornecimento de abrigo e alimentação temporários, a recuperação ou convalescença e a devolução à sua origem.

Considerando que o Poder Público Municipal possui limitação de recursos financeiros e de áreas públicas adequadas para a construção, operação e manutenção de clínica veterinária de urgência e emergência própria.

NECESSIDADE: Levando-se em consideração que não há implementado em âmbito municipal Programa de atendimento e prestação de serviços médicos veterinário de urgência e emergência aos animais vítimas de atropelamentos e maus tratos, sendo dever e atribuição do Poder Público a sua prestação, há necessidade, em caráter imediato, de ações concretas de cuidados com esses animais, razão pela qual vislumbra-se ser de suma importância a contratação de empresa especializada para prestar os serviços consistentes no atendimento de urgência e emergência de animais domésticos, especificamente cães e gatos que se enquadrem nas hipóteses previstas no estudo preliminar.

Destaca-se que, a Lei Municipal nº 4.506 de 30/11/2016 apresenta como “faculdade” da administração pública municipal a celebração de convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas



públicas ou privadas e entidades de classe, faculdade esta que não afasta de forma alguma a realização de contratação através de licitação, sendo essa modalidade inafastável e entendida pela equipe de planejamento como forma adequada de se alcançar a solução para a necessidade da administração pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando a racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos serviços médico veterinário de urgência e emergência deve considerar os seguintes requisitos básicos:

- A licitante vencedora deverá atender no que couber às disposições da Resolução CFMV nº 1275, de 25 de junho de 2019;
- A contratada deverá apresentar Certificado de Regularidade atualizado emitido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária, em nome da Pessoa Jurídica;
- A contratada deverá possuir registro junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária, habilitando-a a comercializar produtos e/ou prestar serviços iguais ou similares aos constantes no objeto da licitação, junto com a comprovação de que tem a seu serviço um profissional habilitado (Médico Veterinário), bem como, a devida quitação da anuidade tanto do profissional quanto da empresa (Lei nº 5.517/68), e outras alterações decorrentes de Lei;
- Comprovar que o responsável técnico possui registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, conforme exige a Resolução nº 1.177/2017 – CFMV;
- É necessário que a empresa que prestará os serviços tenha estabelecimento com atendimento emergencial de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- A empresa deverá garantir o atendimento a partir da assinatura do contrato para fazer jus a contrapartida financeira estabelecida em contrato, sendo garantido o atendimento na clínica contratada;
- Os serviços de atendimento de urgência e emergência deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção a partir da integração promovida pela Rodoviária Urbana Municipal, dada a natureza dos serviços médico veterinário;
- Os procedimentos a que a norma dispuser que somente poderão ser executados por profissionais médicos(as) veterinários(as), com registro regular e válido no Conselho Regional de Medicina Veterinária competente, somente poderão ser realizados por estes;
- É obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) homologada pelo CRMV-RJ para a execução dos procedimentos cirúrgicos gerais;
- A empresa deverá contratar e manter às suas expensas os funcionários necessários para garantir a prestação dos procedimentos a serem previstos no Termo de Referência, devendo a equipe contar com no mínimo 01 (um) veterinário e 01 (um) auxiliar;
- Os equipamentos, instrumentais e os demais insumos e procedimentos necessários para a adequada prestação dos serviços médico veterinário de urgência e emergência, incluindo o fornecimento de todos os materiais, medicamentos, consultas, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, cirurgias e internações, serão fornecidos e mantidos pela licitante vencedora;
- Dentre os insumos necessários para a execução dos procedimentos médico veterinário de urgência e emergência, que deverão ser fornecidos pela licitante vencedora cita-se: pré-anestésicos,



anestésicos, analgésicos, material de enfermagem, oxigênio para equipamentos de anestesia, instrumentos cirúrgicos, medicamentos para pré e pós-operatório e os demais insumos necessários para a execução dos procedimentos cirúrgicos e atendimentos, além de alimentação e limpeza.

- Caso o animal venha a óbito, caberá à contratada a sua correta destinação, observando as normas aplicáveis.

Além de, no mínimo, material básico de fluidos, medicamentos trans e pós-operatório, porta agulha, pinças hemostáticas curvas, pinças hemostáticas retas, pinças Backaus, tesoura cirúrgica romba-fina, pinça anatômica dente de rato, pinça anatômica sem dente, cabo de bisturi, lâmina descartável, aparelho para tosa, lâminas para tricotomia, garrotes, focinheiras, autoclave, aventais cirúrgicos, pares de luvas estéreis, cuba de antisepsia, campo cirúrgico grande (1,20x1,20m), campo cirúrgico pequeno (1,20x1,0m), compressas cirúrgicas, pacote de gaze estéril, lâminas de bisturi (uso único), tapetes higiênicos (que podem ser substituídos por SMS), álcool 70, almotolia, Gliconato Clorexidina Degermante à 2%-litro, água-oxigenada 10% - litro, desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos, sabonete líquido, esparadrapo rolo, algodão hidrófilo, equipo macrogotas, cateter, soro, seringas, agulhas, bem como todos os equipamentos, insumos e medicamentos necessários para a realização satisfatória e segura dos procedimentos de urgência e emergência.

A. A licitante vencedora deverá apresentar licenças ambiental e sanitária válidas;

B. A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de declaração comprovando experiência de no mínimo 02 (dois) anos na atividade clínica e cirúrgica.

C. Deverá constar, obrigatoriamente, em cada atestado: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada, características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade), local de execução dos serviços, período de realização (de DD/MM/AA a DD/MM/AA), metodologia e recursos utilizados, data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

D. Declaração de que possuem regularidade para funcionamento e registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, conforme Lei 5517/1968, Art. 27 e Lei 5634/1970 (altera o Art. 27 da Lei 5517/1968).

E. Declaração que possui estrutura para:

- I. Atendimento 24 horas;
- II. Capacidade para internação de no mínimo 10 (dez) animais simultaneamente;
- III. Internação infectocontagiosa;
- IV. Ter centro cirúrgico e sala pré/pós operatório.

Cabe salientar que a obrigatoriedade de apresentação de declaração, conforme exposta no item “E” acima, se faz necessária em razão do disposto no art. 63, §3º, da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), vejamos:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

§2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a



necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

§3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o *edital de licitação* sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Insta salientar que não é possível indicar com exatidão o quantitativo de animais, cães e gatos, que precisarão de atendimento de urgência e emergência durante a execução do contrato.

Entretanto, uma vez realizado o levantamento do quantitativo de processos instaurados em razão de requerimentos a fim de auxiliar na localização de autores de atropelamentos de animais, bem como as ações fiscalizatórias que efetivamente resultaram no registro de boletim de ocorrência junto a 151ª Delegacia de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, face a configuração de maus tratos, estima-se o atendimento de urgência e emergência para cerca de 30 (trinta) animais, entre cães e gatos, por mês.

Insta salientar que, apesar do quantitativo geral estimado, alguns procedimentos são compreendidos como menos comuns, porém necessários.

Dessa forma, os procedimentos tidos como indispensáveis e os quantitativos estimados são:

1 - Sedação/Tranquilização de Cães e Gatos Procedimento Ambulatorial até 10 Kg (14 animais x 12 meses) = 168 procedimentos;

2 - Sedação/Tranquilização de Cães Procedimento Ambulatorial de 11kg até 20kg (14 animais x 12 meses) = 168 procedimentos;

3 - Sedação/Tranquilização de Cães Procedimento Ambulatorial acima de 21kg (7 animais x 12 meses) = 84 procedimentos;

4 - Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos até 10kg (3 animais x 12 meses) = 36 procedimentos;

5 - Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos de 11kg a 20kg (5 animais x 12 meses) = 60 procedimentos;

6 - Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos acima de 21kg (3 animais x 12 meses) = 36 procedimentos;

7 - Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em caninos e felinos até 10 KG (2 animais x 12 meses) = 24 procedimentos;

8 - Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos de 11kg a 20kg (2 animais x 12 meses) = 24 procedimentos;

9 - Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos acima de 21kg (1 animais x 12 meses) = 12 procedimentos;



10 - Cirurgia de Colocofalectomia Unilateral até 10kg (1 a cada 4 meses) = 3 procedimentos;

11 - Cirurgia de Colocofalectomia Unilateral de 11kg até 20kg (1 a cada 2 meses) = 6 procedimentos;

12 - Cirurgia de Colocofalectomia Unilateral acima de 21kg (1 a cada 2 meses) = 6 procedimentos;

13 - Avaliação/Consulta Clínica Até 10kg (15 animais x 12 meses) = 180 procedimentos;

14 - Avaliação/Consulta Clínica de 11kg até 20kg (30 animais x 12 meses) = 360 procedimentos;

15 - Avaliação/Consulta Clínica Acima de 21kg (6 animais x 12 meses) = 72 procedimentos;

16 - Internação Até 10kg (15 animais x 12 meses) = 180 procedimentos;

17- Internação de 11kg a 20kg (30 animais x 12 meses) = 360 procedimentos;

18- Internação Acima de 21kg (12 animais x 12 meses) = 144 procedimentos;

19 - Exame Laboratorial perfil completo enzimático, Renal, Eritrograma (30 animais x 12 meses) = 360 procedimentos;

20 – SNAP teste 4DX (15 animais x 12 meses) = 180 procedimentos;

21 – SNAP test Parvovirose (15 animais x 12 meses) = 180 procedimentos;

22 - SNAP Teste Cinomose (15 animais x 12 meses) = 180 procedimentos;

23 - Radiografia Simples em 2 Posições até 10kg (7 animais x 12 meses) = 84 procedimentos;

24 - Radiografia Simples em 2 Posições de 11kg até 20kg (17 animais x 12 meses) = 204 procedimentos;

25 - Radiografia Simples em 2 Posições acima de 21kg (7 animais x 12 meses) = 84 procedimentos;

26 - Ultrassonografia Abdominal (10 animais x 12 meses) = 120 procedimentos;

27- Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Cães e gatos até 10kg (5 animais x 12 meses) = 60 procedimentos;

28 - Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Cães de 11kg a 20kg (7 animais x 12 meses) = 84 procedimentos;

29 - Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Cães acima de 21kg (4 animais x 12 meses) = 48 procedimentos;

30 - Cirurgia de Redução de Fraturas Complexas em Cães e gatos até 10kg = (10 animais x 12 meses) = 120 procedimentos;

31- Cirurgia de Redução de Fraturas Complexas em Cães de 11kg a 20kg (10 animais x 12 meses) = 120 procedimentos;



32 - Cirurgia de Redução de Fraturas Complexas em Cães acima de 21kg (5 animais x 12 meses) = 60 procedimentos;

33 - Eutanásia em Cães e gatos até 10kg = (5 animais x 12 meses) = 60 procedimentos;

34- Eutanásia em Caninos de 11kg a 20kg (5 animais x 12 meses) = 60 procedimentos;

35 - Eutanásia em Caninos acima de 21kg (4 animais x 12 meses) = 48 procedimentos;

36 - Limpeza de Ferida Curativo em Geral /Miíase/Berne (20 animais x 12 meses) = 240 procedimentos;

37 - Caudectomia Felino (2 animais x 12 meses) = 24 procedimentos;

38 - Caudectomia Canino (2 animais x 12 meses) = 24 procedimentos;

39 - Retirada de Espinhos de Ouriço (15 animais x 12 meses) = 180 procedimentos;

40 - Tratamento via oral contra Ectoparasitos em cães e gatos até 10kg (15 animais x 12 meses) = 180 procedimentos;

41 - Tratamento via oral contra Ectoparasitos em cães de 11kg a 20kg (30 animais x 12 meses) = 360 procedimentos;

42 - Tratamento via oral contra Ectoparasitos em cães acima de 21kg (7 animais x 12 meses) = 84 procedimentos;

Referidos quantitativos tiveram por base os dados obtidos através da análise dos casos que chegaram ao conhecimento da Subsecretaria de Bem-Estar Animal durante os anos de 2023 e 2024. Ressalta-se que esta equipe de planejamento entende que os tratamentos acima elencados contemplam os principais procedimentos para atender as necessidades de urgência e emergência dos animais no Município de Nova Friburgo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado consiste na realização de análise de soluções possíveis e justificativa técnica e econômica para a escolha da melhor alternativa para contratar.

Em uma primeira análise, dentre as soluções possíveis para atendimento da necessidade da administração pública poderia se citar a terceirização (por meio da contratação de empresa especializada); a locação de um espaço, adaptando-o para servir de clínica veterinária, mediante aquisição de equipamentos e contratação de profissionais ou construção de uma clínica própria.

Ocorre que, o que se almeja em relação aos serviços médico veterinário de urgência e emergência é que com o passar do tempo a demanda sofra significativa redução, em razão de ações de conscientização e educação que vêm sendo realizadas. Logo, busca-se que casos de atropelamentos e maus tratos à animais, em suas diversas modalidades, não mais ocorram. Ou seja, o cenário ideal seria o de que casos de atropelamentos e maus tratos não mais ocorressem.



Fato é, que tal cenário ainda revela-se utópico, havendo a necessidade de que juntamente com as ações de conscientização e educação, sejam prestados os serviços ora debatidos, ainda que se espere por uma redução da demanda com o passar do tempo.

Desta forma, para a construção de uma clínica própria, além da necessidade de se dispôr de um terreno próprio, seja ele já pertencente à municipalidade, ou algum que venha a ser desapropriado para esta finalidade, ainda haveria a necessidade de contratação de diversos serviços para a efetiva construção do estabelecimento, além da aquisição de inúmeros equipamentos e insumos necessários à prestação dos serviços além da promoção de concurso público capaz de prover os cargos necessários ao funcionamento do estabelecimento 24 (vinte e quatro horas) por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados.

O custo para construção de uma clínica própria seria muito elevado, conforme notícias acessíveis pelos links abaixo, os custos nos casos utilizados como exemplos, variaram entre 3.628.530,72 (três milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quinhentos e trinta reais e setenta e dois centavos) e 6.603.305,10 (seis milhões, seiscentos e três mil, trezentos e cinco reais e dez centavos), não se revelando uma medida viável a ser adotada pela administração pública municipal, neste momento.

Links completos:

<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2023/01/03/obras-de-construcao-de-clinica-publica-veterinaria-tem-inicio-na-zona-norte-de-sorocaba.ghtml>

<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/09/02/santos-prepara-licitacao-para-construir-hospital-veterinario-municipal.ghtml>

<https://www.voltaredonda.rj.gov.br/noticias/29-sms/6507-prefeitura-conclui-licita%C3%A7%C3%A3o-para-constru%C3%A7%C3%A3o-do-hospital-veterin%C3%A1rio-de-volta-redonda/#:~:text=A%20Prefeitura%20de%20Volta%20Redonda,disputou%20com%20outras%20tr%C3%AAs%20firmas>

De igual modo a locação de um espaço adequado e sua estruturação igualmente não se revela uma solução viável para o momento, principalmente em se considerando os custos e a necessidade de profissionais qualificados, o que demandaria a realização de concurso público, sem considerar o tempo necessário a estruturação de uma clínica de tal natureza, o que postergaria o início da prestação dos serviços.

Percebe-se que, uma vez que não há clínica veterinária pública no Município de Nova Friburgo, resta afastada a possibilidade de criação do estabelecimento médico veterinário por meio de construção própria ou aluguel de espaço adequado, tendo em vista que não há no Município numerário de servidores capacitados suficiente para desempenhar os serviços, tampouco a existência dos equipamentos necessários, além do elevado custo de sua manutenção.

Por seu turno, no que pese a faculdade da administração pública celebrar convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, dentre outras, desconhece-se, em âmbito municipal, alguma que englobe a prestação de serviços médico veterinário, contemplando todos os itens que a equipe de planejamento entende necessários.



Ademais, a execução de alguns dos itens requer uma estrutura mínima que possibilite, por exemplo, a realização de procedimentos cirúrgicos, estrutura esta não presente nas organizações e entidades de proteção sediadas no Município de Nova Friburgo.

De igual forma, das instituições de ensino presentes na cidade, o curso de medicina veterinária é oferecido em apenas uma, que de igual modo não possui em sua estrutura clínica que atenda o que se entende por necessário para abarcar a prestação dos serviços médico veterinário nos moldes descritos neste estudo, inclusive no que se refere ao período de funcionamento (24 horas).

Posteriormente à avaliação do objeto e requisitos da contratação, vislumbrou-se que não se trata de demanda exclusiva ou estranha ao mercado, porém, diante das necessidades apontadas, exige-se a contratação de uma empresa especializada para a prestação dos serviços.

Dessa forma, verifica-se a disponibilidade de empresas aptas à prestação dos serviços, nos termos estabelecidos neste estudo técnico preliminar.

Ressalta-se que, considerando a previsão legal (art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações), a licitação em sua modalidade pregão é obrigatória quando da contratação de serviços comuns, bem como prevê o critério de julgamento como sendo de menor preço ou maior desconto, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Soma-se a isso o fato de o mesmo diploma legal prevê, no inciso XLV do art. 6º, o Sistema de Registro de Preços - SRP, vejamos:

Art. 6º (...)

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Destaca-se que, normalmente, o processo licitatório tem por finalidade uma compra ou contratação específica. Após todo o procedimento legal, com assinatura do contrato administrativo, o objeto é cumprido pela Contratada e finda-se o processo.

Entretanto, a licitação pelo SRP destina-se a registrar valores de fornecedores (que assumem o compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - prazo máximo de doze meses - e nas condições nela estipuladas) para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias dentro do prazo de validade da ata e respeitadas as condições e quantidades nela estipuladas.

Uma vez descrita a necessidade atual da Administração Pública e a impossibilidade desta de prestar diretamente o serviço demandado com recursos próprios, já que não há clínica veterinária pública no Município de Nova Friburgo, somando-se a isso o fato de ser perceptível que existem no mercado distintas



empresas que oferecem a assistência de urgência e emergência (socorro animal), de modo a garantir a competitividade, bem como a impossibilidade de prever com exatidão o número de atendimentos, com os respectivos procedimentos a serem realizados em cada caso, podendo, ou não, ser requisitada a totalidade dos serviços contratados, a depender da demanda da Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal - SEMMADUS, verifica-se que subsiste a necessidade de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 3º, V, do Decreto Federal nº 11.462/2023, de modo a se evitar qualquer dano/prejuízo ao Erário.

Cabe ressaltar que o pregão deverá ocorrer de forma eletrônica, nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, até que haja regulamentação municipal.

Por fim, ainda que diversos os eventuais serviços a serem prestados pela licitada, como critério de vantajosidade e economicidade, será adotado o julgamento pelo menor preço global, conforme melhor justificado no item 9 deste Estudo Técnico Preliminar.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa de preços apresenta extrema importância para a verificação de disponibilidade de recursos suficientes, uma vez que indica o valor ofertado pelo mercado do bem a ser adquirido ou do serviço a ser contratado.

Nesse sentido, cumpre consignar neste estudo técnico preliminar, que foi realizado pela equipe de planejamento levantamento de contratação licitatória com objeto similar, bem como o levantamento do valor orçado por clínicas especializadas sediadas no município, a fim de que se pudesse subsidiar a análise acerca da viabilidade financeira, conforme se passa a expor.

Inicialmente, em consulta ao Portal de Nacional de Contratações Públicas - PNCP, se teve acesso ao edital nº 210/2023, do Município de Toledo/PR, em que foi apresentado o valor estimado de R\$ 667.645,57 (seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) para a prestação de serviço de atendimento de urgência e emergência, contemplando cerca de 127 (cento e vinte e sete) itens, vejamos:

Edital nº 210/2023

Última atualização 24/11/2023

Local: Toledo/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE TOLEDO **Unidade compradora:** 430 - GABINETE SECRETARIA MEIO AMBIENTE

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital **Modo de Disputa:** Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 24/11/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP **Data de início de recebimento de propostas:** 29/11/2023 13:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 29/11/2023 13:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 76205806000188-1-000176/2023 **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS, pelo período de 12 (doze) meses, para contratação de empresa especializada em atividade veterinária para prestação de serviços clínicos a animais domésticos de pequeno, médio e grande porte (caes e gatos), com estadia, alimentação, atendimento veterinário de rotina e atendimento veterinário de urgência e emergência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Informação complementar:

Inexistente

VALOR TOTAL ESTIMADO
DA COMPRA
R\$ 667.645,57

Link de acesso: <https://pncp.gov.br/app/editais/76205806000188/2023/176>



Em continuidade, foi fornecida por 02 (duas) clínicas, localizadas no Município de Nova Friburgo, tabela de valores de alguns dos serviços entendidos como essenciais, conforme tabelas abaixo. **Insta salientar que não estão presentes todos os itens a serem contratados, entretanto os preços fornecidos corroboram para a formulação do referencial desta equipe:**

Apaixonados Por Quatro Patas – Unidade Nova Friburgo
Av. Conselheiro Julius Arp, 418, Lojas 1, 2 e 3, Olaria, Nova Friburgo/RJ
CEP 28.623-000

**PROPOSTA ATENDIMENTO EMERGENCIAL PARA
ANIMAIS RESGATADOS - SSUBEA**

PROCEDIMENTO	VALOR
Avaliação/Consulta Clínica Até 10kg	R\$ 53,90
Avaliação/Consulta Clínica de 11kg até 20kg	R\$ 53,90
Avaliação/Consulta Clínica Acima de 21kg	R\$ 53,90
Internação Até 10kg	R\$ 155,00
Internação de 11kg a 20kg	R\$ 185,00
Internação Acima de 21kg	R\$ 260,00
Exame Laboratorial Hemograma c/ Plaquetas	R\$ 63,00
Exame Laboratorial Perfil Básico	R\$ 97,00
Exame Laboratorial Perfil Completo	R\$ 119,00
SNAP Test 4DX	R\$ 150,00
SNAP Test Parvovirose	R\$ 180,00
SNAP Teste Cinomose	R\$ 150,00
SNAP Teste FIV/FELV	R\$ 150,00
Radiografia Simples em Até 2 Posições até 10kg	R\$ 150,00
Radiografia Simples em Até 2 Posições de 11kg até 20kg	R\$ 160,00
Radiografia Simples em Até 2 Posições acima de 21kg	R\$ 200,00
Ultrassonografia Abdominal	R\$ 135,00
Sedação/Tranquilização de Gatos	R\$ 80,00
Sedação/Tranquilização de Cães até 10kg	R\$ 90,00
Sedação/Tranquilização de Cães de 11kg até 20kg	R\$ 105,00
Sedação/Tranquilização de Cães acima de 21kg	R\$ 150,00
Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos até 10kg	R\$ 760,00
Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos de 11kg a 20kg	R\$ 940,00
Procedimentos Cirúrgicos Externos em Pele e Anexos acima de 21kg	R\$ 1.400,00
Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Felinos	R\$ 780,00
Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos até 10kg	R\$ 980,00
Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos de 11kg a 20kg	R\$ 1.170,00
Cirurgia de Amputação de Membro Torácico ou Pélvico em Caninos acima de 21kg	R\$ 1.650,00
Cirurgia de Colocofalectomia Unilateral até 10kg	R\$ 1.150,00
Cirurgia de Colocofalectomia Unilateral de 11kg até 20kg	R\$ 1.260,00
Cirurgia de Colocofalectomia Unilateral acima de 21kg	R\$ 1.430,00
Cirurgia de Redução de Fraturas Simples, Completa, Fechada, Aguda em Cães até 10kg	R\$ 1.630,00



Animamed
CLÍNICA VETERINÁRIA

Clínica geral, vacinas, exames laboratoriais, aplicação de célula tronco, acupuntura, fisioterapia, fitoterapia chinesa.

Animamed – Consultório veterinário

LucillaMontero – CRMV-RJ 7990

SERVIÇOS BÁSICOS DE EMERGÊNCIA			
DESCRIÇÃO		VALOR	
SUTURA	_____	R\$ 150,00	
IMOBILIZAÇÃO DE MEMBRO	_____	R\$ 170,00	
RETIRADA DE ESPINHO (OURIÇO)	_____	R\$ 150,00	+ internação
PICADA DE COBRA	_____	R\$ 250,00	+ internação
PICADA DE ARANHA	_____	R\$ 150,00	+ internação
ENVENENAMENTO	_____	R\$ 200,00	+ internação
INTERNAÇÃO + MEDICAÇÃO BÁSICA	_____	R\$ 75,00	
CASTRACÃO GATO MACHO / FEMEA	_____	R\$ 150,00	+ R\$ 25,00 para cada 10Kg
CASTRACÃO CÃO MACHO / FEMEA	_____	R\$ 150,00	+ R\$ 25,00 para cada 10Kg
EUTANÁSIA	_____	R\$ 200,00	+ R\$ 25,00 para cada 10Kg



Destaca-se que não se fez possível encontrar uma licitação que abrangesse exatamente os mesmos itens, haja vista que cada localidade tem as suas peculiaridades e especificidades, apuradas caso a caso. Logo, até em virtude de nunca ter sido realizada uma licitação deste escopo no Município de Nova Friburgo, não se tem uma estimativa exata dos custos médios da licitação, até porque as variações de quantidade de itens, por exemplo, interferem diretamente no valor final da contratação.

Em complemento, os 51 (cinquenta e um) itens descritos neste estudo técnico preliminar, foram criteriosamente avaliados pela equipe técnica, de acordo com a necessidade apurada.

Por fim, destaca-se que, independentemente da estimativa realizada pela SEMMADUS, o levantamento de mercado para obtenção dos valores de referência deverá ser realizado pela Subsecretaria Municipal de Compras e Licitações/Departamento de Logística, nos termos do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de Fevereiro de 2023, conforme Rotina Administrativa de formação e execução de contratos administrativos deste Município e demais normas aplicáveis.

Observa-se ainda o teor do art. 3º da IN SLTI/MPOG nº 05/2014:

Art. 3º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação.

Parágrafo único. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a cinco dias úteis.

Ainda, deverá ser observada a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de junho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Conforme exposto nos tópicos anteriores, a necessidade da administração pública consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços médico veterinário, de urgência e emergência para atendimento de animais domésticos, cães e gatos, enquadrados nas hipóteses e de acordo com as especificações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar.

A solução identificada pela equipe de planejamento como sendo a mais adequada para o atendimento da necessidade explicitada é a contratação através de Licitação na modalidade pregão eletrônico no sistema de registros de preços, conclusão a que se chegou tomando-se por base, inclusive procedimentos adotados por outros entes, a exemplo do Município de Toledo/PR citado no item anterior.

Em razão da impossibilidade de quantificar a necessidade que irá surgir durante a execução do contrato de cada um dos procedimentos a serem realizados em cada um dos casos específicos que serão atendidos, o Sistema de Registro de Preços - SRP, cumpre o princípio da economicidade.

Neste mesmo sentido, cumpre destacar que ao longo da execução dos serviços médico veterinário poderá surgir a necessidade de contratação de novos procedimentos, bem como de outros serviços, a exemplo, de um abrigo que possa acolher eventuais animais que fiquem debilitados e necessitem de cuidados temporários e/ou perpétuos, necessidade que se surgir será tratada em processo administrativo próprio.

A contratação do serviço será feita através de Pregão Eletrônico, nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, até que sobrevenha regulamentação municipal, aplicando a lei 14.133/2021.



O Registro de preços para contratação desses serviços reduz despesas desnecessárias, em que somente serão solicitadas as quantidades pontuais evitando gastos, aumentando a eficiência na gestão desse tipo de contratação.

O Município almeja com a contratação nos moldes propostos, implementar Programa de atendimento de Urgência e Emergência de modo seguro e confiável, almejando, ainda, economia de gasto.

O Sistema de Registro de Preços expressa um instrumento de natureza procedimental, que busca a disponibilização de meios capazes de satisfazer efetiva, eficaz e eficientemente a ocorrência de demandas de quantificação e periodicidade imprecisas, de maneira ágil, célere, imediata, tempestiva, econômica, adequada, própria e segura para a administração.

- Os atendimentos deverão ser realizados 24h por dia, todos os dias da semana, incluindo sábado, domingo e feriados.

- Os encaminhamentos dos animais para recebimento dos atendimentos de urgência e emergência pela contratada poderão ser feitos das seguintes formas:

1. Pela Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal - SEMMADUS, por meio da Subsecretaria de Bem Estar Animal - SSUBEA;

2. Por particulares e Organizações Não Governamentais - ONGs, com autorização expressa da SSUBEA;

3. Órgãos de salvamento;

4. Forças de segurança pública.

- A procura pela clínica veterinária habilitada/contratada só deverá ocorrer para casos comprovados em que houver animais, cães e gatos, que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, que tenham sido vítimas de acidentes, atropelamentos, maus tratos e/ou abandono, em que a vida do animal esteja comprometida e, quando se tratar de animais classificados como (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles retirados de seu tutor pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo.

- O presente projeto não inibirá a cobrança pelo município dos valores despendidos no tratamento de seus autores, quais sejam tutores ou condutores, tais valores deverão ser revertidos para aquisição de insumos para própria subsecretaria após regulamentação própria

- O objeto da contratação deverá incluir cirurgias, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, consultas médico-veterinárias, além dos demais procedimentos previstos na tabela disponibilizada pela clínica contratada.

- Todas as ações típicas da profissão, deverão ser executadas exclusivamente por médico-veterinário legalmente habilitado, conforme o previsto na Lei nº 5.517/1968 e demais disposições regulamentares;

- Os instrumentos que serão utilizados nos procedimentos médico veterinário deverão estar devidamente esterilizados e disponíveis na clínica contratada.

- As instalações devem respeitar os fluxos de área limpa e não limpa e impedir o cruzamento de materiais sujos e limpos;



- As salas designadas como centro cirúrgico deverão ser estruturadas de forma que permita completa higienização prévia, compatíveis com o rigor da assepsia cirúrgica e, posterior, minimizando riscos de disseminação de doenças ou contaminação ambiental, especialmente no que tange à saúde pública;

- Para todos os procedimentos deverão ser utilizados materiais de qualidade, higienizados, esterilizados e uso individual. Os panos de campo cirúrgico utilizados devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS, sempre estéreis.

- Todos os fármacos administrados, assim como o peso e a identificação do animal (no caso de identificação eletrônica) devem ser registrados nos prontuários e afixados nas gaiolas individuais;

- Os integrantes das equipes de trabalho deverão estar devidamente identificados, uniformizados e utilizar, quando necessário, equipamentos de proteção individual;

- Todos os envolvidos com os procedimentos cirúrgicos e auxiliares que permanecerem dentro do ambiente cirúrgico devem usar gorro, máscara, roupa cirúrgica ou avental específico;

- A equipe de trabalho deve estar preparada para os procedimentos de emergência e dispor de equipamentos, materiais e fármacos básicos para o suporte da vida dos animais;

- Deve ser feita a classificação, armazenamento, tratamento, coleta e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados pela atividade de acordo com a legislação federal, estadual e/ou municipal vigente. O local deve passar por limpeza prévia e posterior;

Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto às substituições de mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

- Cumprir o objeto do termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

- Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

- Manter a prestação de serviços, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação;

- Fornecer e manter todos os insumos, equipamentos e medicamentos necessários ao bom desempenho dos serviços.

- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente.

- Comunicar ao Departamento Municipal de Saúde a Vigilância Sanitária, ambiental e a SSUBEA, no prazo de máximo de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de prestação dos serviços;

- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada à CONTRATANTE, garantindo o acesso dos servidores públicos municipais competentes a qualquer tempo, ao local de prestação dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

- Durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência advinda da prestação dos serviços, possibilitar acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;



- Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, animais ou bens de terceiros;

- A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realizarão os serviços. A equipe deverá conter no mínimo 01 (um) médico veterinário e 01 (um) auxiliar veterinário, sendo que o profissional médico deverá, obrigatoriamente, estar registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CFMV e com experiência na área. Todos os profissionais acima relacionados em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;

- A contratada deverá fornecer à SSUBEA os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da SSUBEA;

- Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;

- Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços;

- Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

- Arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos incluindo EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais;

- Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: botas, luvas, máscaras e outros;

- Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município de Nova Friburgo, qualquer funcionário que, por solicitação da fiscalização da CONTRATANTE, não deva continuar a participar da execução dos serviços;

- Dispor de um médico veterinário para supervisão e execução dos procedimentos. O médico veterinário deverá ter a competência mínima designada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e registro regular e válido no referido órgão de classe, diante da importância e do conhecimento técnico especializado que o profissional necessita para atuar como responsável técnico;

- Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer. Além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações pertinentes ao seu ramo de atividade;

- Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto da contratação, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

- Não permitir a utilização de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos;

- Responder por todo e quaisquer ônus decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos decorrentes do contrato;

- Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos



de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

- Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente;

- Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, através da Subsecretaria Do Bem-estar Animal, a Vigilância Sanitária e a Vigilância Ambiental;

A ação ou omissão total ou parcial do Órgão Fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de executar os serviços, com toda a cautela e boa técnica e restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

Desta forma, em razão de todo o exposto, a equipe de planejamento entende que a solução viável para atender a demanda da municipalidade é a contratação de empresa especializada para prestar **serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário**, por meio de licitação na modalidade pregão, no formato eletrônico, por se tratar de serviço comum não estranho ao mercado, em lote único, ou seja, julgamento global, em razão do exposto no item abaixo.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível e que não haja prejuízo da solução.

Entretanto, considerando o caráter de complementaridade dos itens a serem licitados, o fracionamento da solução resultaria no comprometimento da realização das atividades, principalmente no que tange à eficiência do socorro e assistência aos animais.

Justifica-se a contratação em LOTE ÚNICO pelo fato de que, o profissional que iniciar o atendimento, deverá concluir, independentemente de quais procedimentos serão necessários, visto que cada caso possuirá suas particularidades e que não é viável que parte do atendimento seja realizado em uma clínica e parte em outra, por exemplo.

Dessa forma, a equipe de planejamento considera como inviável o parcelamento da solução, não afetando a competitividade do procedimento licitatório, **devendo a contratação se dar pelo menor preço global.**

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Conforme pontuado no item 2. “Introdução”, existem várias legislações que impõem o dever de cuidado com os animais.



Diante dos dados obtidos durante a rotina administrativa da Subsecretaria de Bem Estar Animal identificou-se a necessidade de implementação de Programa voltado a prestação de serviços médico veterinário de urgência e emergência, de modo a proporcionar aos animais tratados neste Estudo Técnico Preliminar os atendimentos mínimos necessários, estabelecendo-se, assim, uma política pública eficaz de socorro aos animais em situação de sofrimento e debilidade grave.

Logo, pretende-se dar cumprimento aos ditames legais, fortalecendo no âmbito municipal as políticas voltadas ao Bem Estar Animal.

Assim, com a contratação, buscar-se-á que os animais a serem contemplados pela futura licitação recebam atendimento médico veterinário capacitado, a fim de melhor diagnosticar e cuidar de doenças, ferimentos e demais condições de saúde. Dessa forma, com o devido tratamento emergencial, os animais terão preservado o seu bem-estar, com reabilitação física e emocional.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Uma vez que a prestação dos serviços médico veterinário que se pretende implementar se dará por meio de contratação, não será necessária a preparação da equipe.

Paralelamente a isso, se faz necessário o engajamento junto aos órgãos de socorro de modo a informar e conscientizar toda a população acerca do trâmite a ser seguido quando da constatação de visualização de animal nas condições abrangidas pela licitação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não haverá contratações correlatas ou interdependentes, uma vez que não se visualiza a necessidade destas para viabilização da presente demanda.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Os possíveis impactos ambientais identificados, referem-se a eventual destinação incorreta dos resíduos resultantes da prestação dos serviços médico veterinário, bem como de eventuais animais que venham a óbito, o que poderia resultar em risco de contaminação.

Por tal razão, a empresa licitada deverá estar devidamente licenciada junto aos órgãos competentes, de modo a gerenciar adequadamente todos os resíduos sólidos e/ou rejeitos provenientes da prestação de serviços a ser executada, seguindo a legislação em vigor.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Com base nas informações levantadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento declara ser viável, nos termos de disponibilidade e competitividade de mercado, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços (...), bem como também é economicamente mais



vantajosa, principalmente por ser realizada através de Sistema de Registro de Preço, permitindo assim a prestação da política pública sem prejudicar o erário.

Portanto, diante de todo o exposto, declara-se a viabilidade da licitação por tratar-se de serviço necessário e contínuo desta Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal - SEMMADUS.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Nova Friburgo/RJ, 05 de dezembro de 2024.

Gestor:	Apoio Técnico:	
<hr/> Elisângela Alcina F. Rodrigues Matr.: 062.905	<hr/> Luiz Fernando Bonin Freitas Matr.: 299.264	<hr/> Higor Nascimento Silva Lombardo Matr.: 301.344

De acordo:

André Luiz Silva de Moraes
Secretário Municipal de Bem-Estar e Proteção
Animal
Matr.: 063.731
